

## SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ

**Estudo Técnico Preliminar 2/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 08385.000837/2025-50

**2. Descrição da necessidade**

2.1. A Polícia Federal para o desenvolvimento de sua missão institucional possui diversas Unidades instaladas no Estado do Paraná, em especial as abaixo relacionadas, subordinadas financeiramente a esta Unidade Gestora (200364):

2.1.1. Localidade: **Curitiba/PR**

2.1.1.1. Superintendência Regional da Polícia Federal no Paraná - **SR/PF/PR**: Rua Professora Sandália Monzon, 210. Bairro Santa Cândida. CEP 82.640-040.

2.1.1.2. Depósito Hauer - **HAUER/SR/PF/PR**: Rua Professor José Nogueira dos Santos 301, Vila Hauer.

2.1.1.3. Grupo Especial - **GISE/SR/PF/PR**: Alameda Dr. Muricy, 814. Centro. CEP 80020-040.

2.1.2. Localidade: **Guarapuava/PR**

2.1.2.1. Delegacia de Polícia Federal em Guarapuava - **DPF/GPB/PR**: Rua Prof. Becker, 1950. Lagoa das Lágrimas. CEP 85010-170.

2.1.3. Localidade: **Londrina/PR**

2.1.3.1. Delegacia de Polícia Federal em Londrina - **DPF/LDA/PR**: Rua Tietê, 1450. Vila Nova. CEP 86025-230.

2.1.3.2. Grupo Especial - **GISE/DPF/LDA/PR**: Av. São João, 500. Bairro Brasília. CEP 86039-290.

2.1.4. Localidade: **Maringá/PR**

2.1.4.1. Delegacia de Polícia Federal em Maringá - **DPF/MGA/PR**: Avenida José Alves Nendo, 1309. Aclimação. CEP 87055-000.

2.1.5. Localidade: **Paranaguá/PR**

2.1.5.1. Delegacia de Polícia Federal em Paranaguá - **DPF/PNG/PR**: Rua Manoel Bonifácio, 309. Centro Histórico. CEP 83203-150.

2.1.5.2. Núcleo Especial de Polícia Marítima - **NEPOM/DPF/PNG/PR**: Rua Benjamin Constant, 504, Oceania. CEP 82203-380.

2.1.6. Localidade: **Ponta Grossa/PR**

2.1.6.1. Delegacia de Polícia Federal em Ponta Grossa - **DPF/PGZ/PR**: Rua Maria Perpétuo da Cruz, 11. Oficinas. CEP 84035-780

2.2. Estas Unidades demandam a contratação dos serviços de limpeza, conservação e copeiragem, face a necessidade de higienização contínua dos ambientes, garantindo ambientes limpos, saúde e bem-estar aos usuários externos que utilizam os serviços prestados, bem como a conservação do patrimônio público e a manutenção da higiene nos ambientes de trabalho utilizados pelos servidores e colaboradores da Polícia Federal, aliado à disponibilização de café e chás que proporcionam aos usuários um ambiente mais confortável e estimulante para o trabalho, contribuindo para a produtividade, bem como cortesia para autoridades e usuários externos do órgão, preservando a imagem do órgão.

2.3. Os serviços a serem contratados são caracterizados como: (i) comuns, com padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado; e (ii) contínuos, vez que se prestam a atender uma necessidade permanente da Administração e, embora acessórios, são essenciais para o funcionamento das Unidades da Polícia Federal.

2.4. Atualmente os serviços são objeto do Contrato nº 05/2023, firmado entre esta Superintendência Regional da Polícia Federal no Paraná e a empresa SERVTRON Prestação de Serviços e Comércio LTDA, CNPJ 09.201.726 /0001-67, com vigência até 10/12/2025.

2.5. O contrato atual permite prorrogação, entretanto, foi iniciado novo processo considerando que foram diagnosticadas várias inconsistências, conforme informações constantes no processo SEI 08385.004018/2021-58, bem como considerando a conclusão da licitação para contratação do serviço de capina e roçada, conforme processo SEI 08385.006149/2023-31.

2.6. Os serviços ora demandados devem ser preferencialmente objeto de execução indireta mediante contratação, nos termos do art. 2º do Decreto nº 9.507/2018, e regulamento dos incisos VIII e XIV do art. 1º da Portaria MPDG nº 443/2018, tendo em vista que se enquadram como as atividades materiais acessórias e instrumentais aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão, inexistindo por este motivo categorias funcionais para execução destes serviços no plano de cargos da Polícia Federal.

2.7. A contratação dos serviços de limpeza e copeiragem é bastante comum no âmbito da Administração Pública Federal, e o planejamento desta contratação, materializado neste ETP, observou, em especial, o disposto nos seguintes instrumentos e legislações e atualizações disponíveis até o momento da conclusão:

- a) Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
- b) INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 98/2022 (Estabelece regras e diretrizes para o procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta de que dispõe a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional).
- c) INSTRUÇÃO NORMATIVA MPDG nº 05/2017 (Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional);
- d) Decreto nº 12.174/2024 (Dispõe sobre as garantias trabalhistas a serem observadas na execução dos contratos administrativos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional);
- e) IN SEGES/MGI nº 176/2024 (Dispõe sobre as regras e os procedimentos para adoção dos custos mínimos a serem observados nos valores de remuneração, incluindo salário-base e adicionais, auxílio-alimentação e outros benefícios como mecanismo de fortalecimento das garantias trabalhistas em contratos de prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, nos termos do art. 5º do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024);
- f) IN SEGES/MGI nº 81/2024 (Dispõe sobre as regras e procedimentos para a possibilidade de compensação de jornada nos contratos de prestação de serviços contínuos, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional);
- g) IN SEGES/ME nº 65/2021 (Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional);
- h) Portaria SEGES/ME nº 21.262/2020 (Estabelece procedimentos referenciais para a composição da planilha de custos e formação de preços nas contratações de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, executados de forma contínua ou não, em edifícios públicos, no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional);
- i) Caderno de Logística – Prestação dos Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação (considerado em sua última versão disponível - v. 1.0, abril de 2014);
- j) Caderno de Logística – Conta Vinculada (considerado em sua última versão disponível - v. 1.0, março de 2024);
- k) Caderno de Logística – Pesquisa de Preços (Vinculada) (considerado em sua última versão disponível - v. 2.0, fevereiro de 2018)
- l) Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (considerado em sua última versão disponível – 7ª ed., outubro de 2024);
- m) Instrumento de Padronização dos Procedimentos da Contratação (Instrumento de padronização dos procedimentos de contratação – Brasília : Advocacia-Geral da União : Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, 2023).
- n) IN DG/PF nº 175/2020, atualizada pela IN DG/PF 278/2024 (Disciplina procedimentos para verificação, cadastro e acompanhamento do Pessoal Não Integrante do Quadro Permanente da Polícia Federal);
- o) IN SEGES/ME nº 58/2022 (Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital).
- p) IN SEGES/MGI Nº 381/2025 (Altera o Anexo I da Instrução Normativa nº 190, de 05 de dezembro de 2024, para incluir novos serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra aptos à aplicação da redução de jornada de 44 horas para 40 horas semanais, de que trata o art. 4º, parágrafo único, do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional).

q) IN SEGES/MGI Nº 213/2025 (Dispõe sobre os procedimentos administrativos para a organização e a previsibilidade das férias dos colaboradores terceirizados nos contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, de que trata o inciso I, art. 3º, do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional).

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SELOG/SR/PF/PR	Mozart Person Fuchs

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1. Para que a contratação atenda a necessidade de limpeza, conservação e copeiragem das Unidades é necessário que:
- 4.1.1. Os serviços sejam prestados de forma contínua, nos endereços das unidades.
  - 4.1.2. Sejam fornecidos todos os equipamentos, utensílios, EPIs, uniformes e materiais necessários para a prestação dos serviços.
  - 4.1.3. Sejam contemplados todos os custos para execução dos serviços e fornecimentos de materiais.
  - 4.1.4. Os serviços sejam executados mediante a disponibilização de mão de obra exclusiva, considerando as medidas das áreas e a natureza das atividades deste órgão policial.
  - 4.1.5. A empresa contratada possua experiência compatível com a demanda ser contratada.
  - 4.1.6. Sejam observadas as garantias trabalhistas dos funcionários alocados para a execução dos serviços.
  - 4.1.7. Nos termos do Ofício nº 364/2023/DLOG/PF (documento SEI 32560609), os contratos com dedicação exclusiva de mão de obra no âmbito da Polícia Federal deverão utilizar para gerenciamento de riscos de descumprimentos de obrigações trabalhistas o mecanismo da Conta Vinculada.
  - 4.1.8. A contratada deverá prestar garantia da contratação, nos termos da IN MPDG nº 05/2017.
  - 4.1.9. Não será admitida a participação de cooperativas, vez que há incompatibilidade entre estas e a execução de serviços com disponibilização de mão de obra, conforme PARECER n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU, aprovado pelo DESPACHO DE APROVAÇÃO n. 00006/2023/SGPP/CGU/AGU. Dessa forma, o art. 16 da Lei nº 14.133/2021 deve ser interpretado sistematicamente, de acordo com o arcabouço jurídico que envolve a matéria das Cooperativas, não tendo o condão de afastar a aplicabilidade do Termo de Conciliação firmado entre Ministério Público do Trabalho - MPT e a Advocacia Geral da União – AGU. Por esta razão não será admitida a participação de cooperativas foi suprimida a disposição que tratava da documentação referente às sociedades cooperativas no presente modelo.

Sustentabilidade

- 4.1.10. Deverão ser atendidos os seguintes requisitos de sustentabilidade, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
  - 4.1.10.1. Nos termos da Lei nº 12.305, de 2010, do Decreto nº 10.936, de 2022, e da Instrução Normativa SLTI /MPOG nº 1, de 19/01/2010, a contratada deverá adotar as seguintes providências:
    - a) caso a Contratante venha a adotar mecanismos capazes de disponibilizar a diferenciação do lixo e adote campanhas de conscientização dos usuários, a Contratada deverá realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados pela Administração.
    - a.1) caso a Contratante venha a adotar mecanismos capazes de disponibilizar a diferenciação do lixo e adote campanhas de conscientização dos usuários, os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização ao sistema de coleta seletiva ou logística reversa porventura estabelecido.
    - b) otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:
      - b.1) racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;

- b.2) substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- b.3) usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- b.4) racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- c) utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);
- d) observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/1994, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- e) fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- f) respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- g) adotar procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:
  - g.1) pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral e pneumáticos inservíveis devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias ou entregues nos pontos de coleta da prefeitura para a correta destinação;
  - 4.1.10.2. Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de aspiradores de pó com Selo Ruído, indicativo do nível 1 de potência sonora, nos termos da Resolução CONAMA nº 20, de 07/12/94, Portaria INMETRO nº 6, de 5 de janeiro de 2022 e da Instrução Normativa IBAMA nº 15, de 18 de fevereiro de 2004, e legislação correlata.
  - 4.1.10.3. Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de detergente em pó, fabricado no país ou importado, cuja composição respeite os limites de concentração máxima de fósforo admitidos na Resolução CONAMA nº 359, de 29/04/2005, e legislação correlata.
  - 4.1.10.4. Os produtos a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente notificados /registrados na ANVISA, conforme Lei nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013, RDC ANVISA Nº 40, de 2008 e RDC ANVISA Nº 59, DE 2010.
  - 4.1.10.5. Por se tratar de produto cujos respectivos fabricantes desenvolvem atividades listadas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06/2013, e que são obrigados ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, somente será aceito na execução do serviço o uso de produto, cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais do Ibama (FTE Categoria: Indústria Química; Código: 15-13; Descrição: Fabricação de sabões, detergentes e velas), nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA Nº 6, de 15/03/2013, e legislação correlata.
- 4.1.11. Deverão ainda ser observados os seguintes requisitos de sustentabilidade que se baseiam no Caderno de Logística - Limpeza e Conservação:
  - 4.1.11.1. É obrigação da contratada disponibilizar equipe técnica qualificada, devidamente registrada, para a prestação dos serviços, materiais de limpeza, bem como os demais materiais e equipamentos necessários à execução das atividades de limpeza dos ambientes relativos à contratação.
  - 4.1.11.2. A contratada deverá observar a legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho, às normas coletivas da categoria profissional e as normas internas de segurança e saúde do trabalho.
  - 4.1.11.3. É de responsabilidade da contratada o fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) em bom estado de utilização aos seus funcionários, prezando pela saúde e segurança durante a execução da prestação dos serviços.
  - 4.1.11.4. A contratada deve manter equipamentos e demais materiais necessários à prestação dos serviços em bom estado de funcionamento evitando danos às pessoas e ao estado das instalações hidrossanitárias e elétricas.
  - 4.1.11.5. A contratada deverá observar às recomendações técnicas e legais para o fornecimento dos saneantes domissanitários, sacos de lixo, papel higiênico, produtos químicos, etc.

4.1.11.6. É obrigação da contratada adotar medidas para evitar o desperdício da água potável, com verificação da normalização de equipamentos quanto ao seu funcionamento (se estão regulados, quebrados ou com defeitos), bem com práticas de racionalização.

4.1.11.7. A contratada deverá racionalizar o consumo de energia elétrica com a utilização de equipamentos mais eficientes, que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme regulamentações, para os casos possíveis.

4.1.11.8. Só será admitida a utilização de equipamentos de limpeza que possuam o Selo Ruído, indicando o nível de potência sonora, conforme a Resolução específica do CONAMA e observações do INMETRO, que possam reduzir o risco à saúde física e mental dos trabalhadores, bem como os demais usuários expostos às condições adversas de ruídos que caracterizem poluição sonora no ambiente de trabalho.

4.1.11.9. A contratada deverá adotar práticas de redução de geração de resíduos sólidos, realizando a separação dos resíduos recicláveis descartados pelo órgão ou entidade, na fonte geradora, e a coleta seletiva conforme legislação específica.

4.1.11.10. É obrigação da contratada respeitar as Normas Brasileiras (NBRs) sobre resíduos sólidos, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.1.11.11. A contratada deverá utilizar apenas embalagens recicláveis na prestação do serviço, incentivando sua utilização ou substituição por fontes renováveis.

4.1.11.12. As pilhas e baterias utilizadas na execução dos serviços, em equipamentos ou outros materiais de responsabilidade da contratada, deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio, conforme Resolução CONAMA nº 401/2008.

4.1.11.13. É obrigação da Contratada a apresentação da composição química dos produtos utilizados na prestação do serviço, quando solicitado da contratante.

4.1.11.14. É proibida a utilização de saneantes domissanitários de Risco I listados no art. 5º da Resolução nº 336 /1999 na prestação dos serviços, conforme Resolução ANVISA RE nº 913, de 25 de junho de 2001.

4.1.11.15. É permitido o uso de saneantes domissanitários produzidos com substâncias biodegradáveis, estabelecidas na Resolução ANVISA RDC nº 180, de 3 de outubro de 2006, bem como de produtos desinfetantes domissanitários, previsto na Resolução ANVISA RDC nº 34, de 16 de agosto 2010.

4.1.11.16. É de responsabilidade da contratada a verificação da não utilização de produtos de limpeza que observem a utilização de Substâncias Perigosas, Biodegradabilidade dos Tensoativos, Toxicidade Aquática e Teor de Fósforo acima dos limites estabelecidos por regulamentos ou legislação apropriada.

4.1.11.17. É obrigação da contratada a utilização de produtos de limpeza, preferencialmente, de origem animal e que sejam biodegradáveis;

4.1.11.18. É proibida a utilização de produtos de limpeza e conservação oriundos e/ou derivados de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) ou de plantas em risco de extinção.

4.1.11.19. É permitida a utilização de produtos que, comprovadamente, sejam derivados de matérias-primas totalmente naturais.

4.1.11.20. É permitido o uso de sabonetes que não contenham agentes antimicrobianos, exceto para locais que sejam exigidos por normas afetas à saúde e outras regulamentações.

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1. Os serviços de limpeza e conservação são serviços básicos e essenciais, com parâmetros de contratação definidos para a Administração Pública Federal, por meio de normativos próprios do Poder Executivo Federal.

5.1.1. A IN SEGES/ME Nº 98/2022 autorizou a utilização da IN MPDG nº 05/2017 para as contratações com

fundamento na Lei nº 14.133/2021.

5.1.2. A IN MPDG nº 05/2017 estabeleceu condições específicas a serem observadas no planejamento das contratações dos serviços de limpeza e conservação, bem como disciplinou que órgãos e entidades poderão simplificar, no que couber, a etapa de Estudos Preliminares, quando adotados os modelos de contratação estabelecidos nos Cadernos de Logística divulgados pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

5.1.3. O Caderno de Logística - Prestação dos Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação, entretanto, é de 2014 e anterior à edição da IN MPDG nº 05/2017.

5.1.4. A IN MPDG nº 05/2017 trouxe diversas disposições que estavam abarcadas no Caderno de Logística de Limpeza, abordando de forma diferente por exemplo os módulos e preenchimento de planilha de custos e formação de preços, bem como passando a estabelecer faixa de referência de produtividade conforme as áreas.

5.2. Assim, temos que para a contratação dos serviços de limpeza há um modelo de contratação, que deverá ser efetivado com base na área a ser limpa, considerando produtividades de referência para cálculo dos funcionários alocados para a prestação dos serviços e custos por m<sup>2</sup>, observadas a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e das condições do local objeto da contratação, bem como incluídos os insumos (uniformes, materiais, utensílios, suprimentos, máquinas, equipamentos, entre outros) utilizados diretamente na execução dos serviços.

5.3. A contratação atual desta SR/PF/PR segue este modelo de contratação, sendo possível verificar muitos fornecedores interessados na prestação dos serviços, sendo que, na última licitação realizada – Pregão Eletrônico SR /PF/PR nº 01/2023 – participaram da licitação um total de 37 empresas, conforme informações no documento SEI PF 27517312.

5.4. Em razão da natureza da contratação e dos normativos citados não se vislumbra necessidade ou benefício com a realização de audiência e/ou consulta pública para o planejamento da contratação.

5.5. A previsão do fornecimento dos insumos pela contratada, que segue modelo da IN 05/2017 e do Caderno de Logística de Limpeza e Conservação, é vantajosa economicamente, vez que as empresas especializadas conseguem valores menores para estes insumos em função de grandes quantidades que adquirem, além disto há economia processual excluindo-se custos com realização de licitações separadas para materiais, além disto evitam-se problemas de logística com falta de insumos e impossibilidade de realização dos serviços.

5.6. Para os serviços de copeiragem embora a Portaria SEGES/ME nº 21.262/2020 preveja a elaboração de Caderno de Logística, não foi elaborado tal documento até o presente momento.

5.7. Nesta Unidade Gestora, a contratação dos serviços de limpeza vem sendo realizado de forma agrupada com os serviços de Copeiragem, conforme contratos nº 05/2023, 08/2016 e 05/2013.

5.8. A contratação conjunta observa que são as mesmas empresas que prestam os serviços, que há interseção de atividades de limpeza, bem como que a contratação de forma conjunta leva à vantagem econômica, vez que não há dedicação exclusiva do funcionário alocado para os serviços de copeiragem nas Unidades em que não há demanda suficiente para tal.

5.9. Para o edifício sede da SR/PF/PR a contratação de dois postos de copeira tem se justificado em função da maior demanda face à quantidade de usuários atendidos e do tamanho da edificação para a distribuição das bebidas preparadas.

5.10. A Convenção Coletiva de Trabalho da categoria envolvida na prestação de serviços (SIEMACOXSEAC), no estado do Paraná, prevê inclusive adicional de cumulação para o caso em que o servente também desempenhar a função de copeira.

5.11. A contratação atual e as anteriores, no âmbito desta SR/PF/PR, englobaram nos materiais a serem fornecidos os insumos de higiene pessoal, tais como papel higiênico, sabonete líquido, álcool, papel toalha e respectivos dispensadores.

5.12. Para complementar o levantamento de mercado foram consultadas, através da ferramenta Pesquisa de Preços no Painel de Compras, as licitações realizadas para os códigos de limpeza e copeiragem (27782, 23582, 23477, 23450, 24112, 14672, 23590, 23566, 23361, 24058, 25194, 24104, 23329, 23515, 23345, 23485, 24090, 23396, 23604, 24040, 23434, 24066, 24023, 23620, 23523, 23400, 24031, 24074, 23639, 14397), com resultados filtrados para contemplar apenas as licitações realizadas no estado do Paraná, através de Pregão e por órgão da esfera federal, à exceção dos serviços de copeiragem, que foi utilizado todas as esferas, sendo localizadas 15 licitações listadas abaixo:

UASG	UASG	Nº PE	ANO	OBJETO	OBJETO RESUMIDO	MATERIAIS	HIGIENE PESSOAL
				Contratação de empresa			

114623	IBGE/PR	6	2023	especializada na Prestação dos serviços de limpeza, higiene e conservação, com fornecimento de equipamentos necessários à sua execução no âmbito das Agências da Região Metropolitana de Curitiba e do Interior do Paraná, SEM EXCLUSIVIDADE DE MÃO DE OBRA	NAO COMPATIVEL	N/A	N/A
114623	IBGE/PR	90002	2024	Contratação de serviços de limpeza, higiene e conservação, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para sede da Superintendência Estadual do IBGE no Paraná conforme condições e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.	LIMPEZA C/C COPEIRA	SIM	SIM
130070	MAPA	5	2023	O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para prestação de serviços continuados de limpeza e conservação, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, fornecimento de materiais, utensílios e equipamentos. Serviços a serem executados no âmbito da Superintendência de Agricultura e Pecuária no Estado do Paraná, Sede e Unidades Desconcentradas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e Anexos.	LIMPEZA C/C COPEIRA	SIM	NÃO
135028	EMBRAPA	90018	2024	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza e conservação nas dependências da Embrapa Florestas, localizada em Colombo /PR	LIMPEZA	SIM	SIM
153079	UFPR	90060	2024	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e segurança para eventos, para atender necessidades de diversas unidades da Universidade Federal do Paraná.	NAO COMPATIVEL	N/A	N/A
158658	UNILA	90004	2024	Pregão Eletrônico - Contratação de serviços de Limpeza, Asseio e Conservação, com disponibilização de mão de obra, saneantes domissanitários e materiais de uso comum (papel higiênico, papel toalha e sabonete líquido), inclusive seu controle, estocagem e distribuição entre as unidades da UNILA, fornecimento de todos os equipamentos necessários, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.	LIMPEZA	SIM	SIM
200366	DPF/FIG/PR	90001	2024	Contratação de pessoa jurídica especializada em prestação de serviços contínuos de limpeza e conservação com um Encarregado e com cumulação das funções de copeiro e habilitação para uso de máquina costal e roçadeira.	LIMPEZA C/C COPEIRA	SIM	SIM

925132	BACEN	200	2023	Pregão Eletrônico - Contratação de serviços especializados de limpeza, conservação e higiene, jardinagem, limpeza dos reservatórios de água potável e de desinsetização, desratização, controle de pragas urbanas e prevenção de infestação de aves, com fornecimento de materiais e equipamentos necessários a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas dependências do Banco Central do Brasil em Curitiba, observadas as especificações constantes do Termo de Referência.	LIMPEZA	SIM	SIM
925154	CRC/PR	961	2023	02 (duas) limpezas dos vidros da sede do CRCPR localizada em CURITIBA, contemplando: - Todos os vidros que comportam a fachada externa do edifício, inclusive seu anverso interno, bem como as esquadrias de alumínio; - Todos os vidros que se encontram no interior do edifício. Extensão de vidro: 900 m² (novecentos metros quadrados).	NAO COMPATIVEL	N/A	N/A
926031	CAMARA MARINGÁ	90008	2024	Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados terceirizados de servente de limpeza, asseio e conservação, copeiragem e motorista, com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, visando suprir necessidade da Divisão de Administração e Recursos Humanos deste Poder Legislativo, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Anexo I, parte integrante do presente Edital.	LIMPEZA C/C COPEIRA	NÃO	NÃO
926647	CORE/PR	90001	2024	EPUBLICAÇÃO DO PREGÃO 90008/2024 COM RETIFICAÇÕES p/Contratação de prestação de serviços contínuos de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de limpeza e conservação, através de servente de limpeza cumulado com serviços de copeira a serem executados com dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo equipamentos, uniformes e EPI S, englobando o fornecimento sob demanda de materiais de limpeza, para as sedes do CorePR Curitiba, Centro e Cristo Rei	LIMPEZA C/C COPEIRA	SIM	SIM
926835	CAM. CAMPO MOURÃO	90003	2024	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de copeiragem para o Poder Legislativo de Campo Mourão, por um período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.	COPEIRAGEM	SIM	NÃO
				Contratação de Serviços contínuos			



927925	CREF/PR	90001	2024	de recepção, manutenção predial preventiva e corretiva, limpeza, asseio, copeiragem e conservação, com a disponibilização de mão de obra na sede do CREF9/PR.	LIMPEZA /COPEIRA /MOTORISTA	NÃO	NÃO
929762	F. CULTURAL FOZ DO IGUAÇU	90001	2024	Pregão Eletrônico - REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de limpeza, copa, asseio e conservação predial, interna e externa dos espaços mantidos pela Fundação Cultural de Foz do Iguaçu sendo: a sede da Fundação Cultural, Estação Cultural Vila C, Banheiros da Praça da Paz e Estação Cultural Centro, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, por postos de trabalho de auxiliar de serviços gerais com e sem coper	LIMPEZA C/C COPEIRA	NÃO	NÃO
930496	CAM. ALMIRANTE TAMANDARÉ	90001	2024	Contratação de serviços terceirizados de faxineiro, copeira e vigia a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.	LIMPEZA /COPEIRA /VIGIA	NÃO	NÃO

5.13. Das 15 licitações localizadas, 3 se referem a contratações sob demanda sem dedicação exclusiva de mão de obra, 1 licitação para contratação apenas do serviço de copeiragem, 3 licitações que contratavam apenas o serviço de limpeza e 8 licitações que contemplavam simultaneamente os serviços de limpeza e copeiragem.

5.14. Das 12 contratações que envolvem limpeza e copeiragem, 4 delas não preveem o fornecimento dos materiais necessários para a prestação dos serviços e 8 delas incluem o fornecimento de materiais. Das 8 licitações que incluem o fornecimento de materiais, uma delas é apenas para o serviço de copeiragem, e as outras 7 em que há o serviço de limpeza, apenas 1 não prevê a aquisição dos itens de higiene pessoal.

5.15. Assim, a partir do levantamento de mercado é possível concluir que:

- Para atender esta demanda há modelo de contratação na IN 05/2017 e Caderno de Logística de Limpeza;
- Que há uma grande gama de fornecedores aptos à prestação dos serviços;
- Que a contratação da forma atualmente realizada no âmbito desta SR/PF/PR está em consonância com a maioria das contratações localizadas a partir de busca na ferramenta de Pesquisa de Preços.

5.16. Ainda no tocante ao modelo de contratação estabelecido, inicialmente, conforme a IN nº 05/2017 vinham sendo estabelecidos, anualmente, os valores limites máximos e mínimos de preços referenciais para contratação dos serviços de limpeza e conservação.

5.17. Entretanto, com a atualização da IN SEGES/ME nº 49/2020, a disposição passou a ter a seguinte redação: a Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia disponibilizará, por meio de Cadernos de Logística, os procedimentos referenciais para a composição da planilha de custos e formação de preços nas contratações de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra executados de forma contínua ou não em edifícios públicos.

5.18. Após esta alteração foi ainda publicada a Portaria SEGES/ME nº 21.262/2020 para estabelecer os procedimentos referenciais para a composição da planilha de custos e formação de preços, entretanto, não houve a edição de novos cadernos e os parâmetros dos índices de produtividade estabelecidos para os serviços de limpeza e conservação são menos detalhados que os demais normativos vigentes.

5.19. Assim, a partir do levantamento realizado é possível concluir que a contratação deverá seguir a solução atualmente adotada nesta Unidade Gestora, sendo técnica e economicamente viável, em conformidade com a legislação vigente e contratações similares da Administração Pública Federal, com ajustes necessários tendo em vista o histórico de problemas verificados no contrato atual.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. Contratação de serviços contínuos de limpeza, conservação e copeiragem, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com disponibilização de equipamentos e fornecimento de materiais, inclusive os de higiene pessoal, nas condições e quantidades definidas neste processo de contratação, com vistas a obter as condições adequadas de salubridade e higiene e conforto aos usuários, nas unidades da Polícia Federal relacionadas no item 2.1 deste documento.

6.2. Considerando a natureza do órgão policial, que impossibilita a alocação de funcionários sem a realização do adequado procedimento de verificação, cadastro e acompanhamento do Pessoal Não Integrante do Quadro Permanente da Polícia Federal, nos termos da IN DG/PF nº 175/2020, atualizada pela IN DG/PF 278/2024, em compatibilização com os termos do Caderno de Logística – Limpeza e Conservação, bem como o item 2 do Anexo VI-B da IN MPDG nº 05/2017, o custo da contratação terá por base o valor mensal dos serviços.

6.2.1. O valor mensal dos serviços compreende os custos de mão de obra e demais encargos incidentes, com cálculo de produtividade definido: em função da área física a ser limpa para os postos de servente; em função da demanda e características da edificação para os postos de copeira; bem como da proporção da IN MPDG nº 05/2017 para o posto de encarregado; incluído os custos com disponibilização de equipamentos e fornecimento de materiais, compreendidos também os itens básicos de higiene pessoal, bem como lucro, custos indiretos e tributos, conforme Planilha de Custos e Formação de Preços que integrará a proposta vencedora da licitação.

6.2.2. Em função do justificado acima, não serão aceitas produtividades diferentes das estabelecidas pela Administração.

6.3. Os serviços deverão ser executados pelas seguintes categorias profissionais, conforme definido na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), que traz a denominação e seus sinônimos:

6.3.1. 5143-20 - FAXINEIRO - Auxiliar de limpeza, **Servente de limpeza**;

6.3.2. 4101-05 - SUPERVISOR ADMINISTRATIVO - Agente administrativo supervisor, Chefe administrativo, Chefe de departamento de pessoal, Chefe de escritório, Chefe de expediente - no serviço público, Chefe de serviço de limpeza, Chefe de serviços de coordenação de contratos, Chefe de setor - exclusive no serviço público, Chefe de setor - no serviço público, Chefe de seção - no serviço público, Chefe de seção de expedição, Chefe de seção de serviços administrativos, Chefe de seção de serviços gerais - exclusive no serviço público, Coordenador administrativo, Encarregado administrativo, Encarregado de escritório - exclusive no serviço público, **Encarregado de serviço** - exclusive no serviço público, Subencarregado de escritório, Supervisor administrativo de escritório, Supervisor administrativo de pessoal, Supervisor administrativo interno, Supervisor de administração, Supervisor de administração e arquivo técnico, Supervisor de seção de serviços gerais.

6.3.3. 5134-25 - **COPEIRO** - Auxiliar de serviço de copa, Chefe da copa, Copeiro de bar, Copeiro de eventos, Copeiro de hotel, Copeiro de lanchonete, Copeiro de restaurante.

6.4. A Convenção Coletiva de Trabalho que servirá de paradigma para estabelecer os custos relativos às categorias profissionais que executarão os serviços, em atendimento ao disposto no Art. 2º da IN SEGES/MGI 176/2024 (atualizada), é aquela firmada entre a FEDERACAO DOS EMPR EMPRESAS ASSEIO CONSERV EST PARANA, CNPJ n. 68.801.745/0001-93 (e outros) e o SINDICATO DAS EMPR DE ASSEIO E CONSERV NO ESTADO DO PR, CNPJ n. 77.998.938/0001-77, registrada no MTE sob nº PR000074/2025, com data de registro em 20/01/2025.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Nos termos do Caderno de Logística – Limpeza e Conservação, os serviços serão contratados com base na área física a ser limpa, assim, para atendimento ao item 1 do Anexo VI-B da IN MPDG nº 05/2017, cada localidade de execução dos serviços, por intermédio do integrante técnico da respectiva unidade, revisou a metragem das áreas a serem limpas com o objetivo de refletir de forma mais adequada as efetivas metragens das Unidades.

7.1.1. Para a sede da SR/PF/PR, no Bairro Santa Cândida, em comparação com as áreas informadas no planejamento da contratação anterior, houve revisão das áreas de fachadas envidraçadas e esquadrias externas com exposição à situação de risco, a fim de melhor refletir a realidade de tais áreas, conforme constou na Informação SEI PF 32940231, que contempla também a informação das áreas do depósito na Vila Hauer.

7.1.1.1. Ainda a fim de avaliar a pertinência de incluir a contratação da limpeza de esquadrias com exposição à situação de risco, bem como da limpeza da fachada envidraçada, foi verificado orçamento junto à empresas especializadas, conforme informações no documento SEI PF 37354602.

7.1.1.2. A partir da análise dos orçamentos conclui-se não ser pertinente a inclusão da contratação neste momento, vez que ainda não há previsão da instalação de pontos de ancoragem no telhado, que permitirão a limpeza de toda as esquadrias de forma adequada, bem como que a demanda parece melhor atendida com contratação sob demanda, com previsão estimativa de limpezas, assim tais áreas não foram incluídas nessa contratação.

7.1.2. No tocante ao GISE/Curitiba, registra-se que está em andamento o processo SEI PF 08385.001413/2025-11 que trata da prospecção de mercado com objetivo de mudança de sede, entretanto, por estar em fase inicial, nesta contratação é mantida a informação das áreas atuais (SEI PF 32712455), sendo que no caso de efetivação de mudança será necessário ajustar o contrato para adequar à nova área.

7.1.3. Para a sede da DPF/LDA/PR, em comparação com as áreas informadas no planejamento da contratação anterior, houve revisão das áreas informadas, considerando a disponibilidade de novas ferramentas, conforme constou nas Informações SEI PF 32740331 e 39306298.

7.1.4. Para o GISE/DPF/LDA/PR, em comparação com as áreas informadas no planejamento da contratação anterior, houve revisão das informações de áreas, conforme documentos SEI PF 32654390 e 37330712.

7.1.5. Para a DPF/PGZ/PR, em comparação com as áreas informadas no planejamento da contratação anterior, houve alteração das áreas para refletir os dados das novas instalações daquela Delegacia, que passou a funcionar no prédio da Justiça do Trabalho, conforme informações nos documentos SEI PF 37357468 E 39268999.

7.1.6. Para a DPF/PNG/PR, em comparação com as áreas informadas no planejamento da contratação anterior, houve revisão das áreas informadas, conforme constou nas Informações SEI PF 32762472 e 47182282.

7.1.6.1. Naquela unidade também há a existência de áreas com exposição à risco que demandam equipamento especializado para a limpeza, assim, de forma similar a SR/PF/PR tal serviço deverá ser objeto de contratação própria, com serviço a a ser realizado sob demanda.

7.1.7. As informações de áreas da DPF/GPB/PR constaram no documento SEI PF 32766267, e as áreas da DPF/MGA /PR no documento SEI PF 141910579 e 142044655.

7.2. Com exceção da Delegacia em Ponta Grossa, para as demais Unidades a revisão das informações serve para adequar as especificações de área, sem, entretanto, haver aumento efetivo de áreas que serão limpas em comparação com a contratação atual.

7.3. O Caderno de Logística de Limpeza e Conservação traz índices de produtividade de referência, entretanto, tais índices foram tratados posteriormente pela IN MPDG nº 05/2017 e ainda disciplinados na Portaria SEGES/ME nº 21.262/2020, de forma mais simplificada.

7.4. Observando o disposto no Caderno de Logística de Limpeza e Conservação, bem como o disposto no item 2.1 do Anexo VI-B da IN MPDG nº 05/2017, foram utilizadas as experiências e os parâmetros aferidos e resultantes dos contratos anteriores desta SR/PF/PR para definir as produtividades da mão de obra, em face das características das áreas a serem limpas.

7.4.1. Para definição da jornada de trabalho em horas no mês, utilizou-se o parâmetro adotado na IN nº 05/2017, com redação dada pela IN nº 07/2018, e após proporcionalizado para 40 horas semanais:

IN 05/2017:  $188,76$  decorre do número de semanas no mês ( $30/7 = 4,29$  semanas) multiplicado pelo número de horas semanais (jornada 44 horas semanais);  $4,29 \times 44 = 188,76$

Proporcional 40 horas:  $171,60$  decorre do número de semanas no mês ( $30/7 = 4,29$  semanas) multiplicado pelo número de horas semanais (jornada 40 horas semanais);  $4,29 \times 40 = 171,60$ .

Método de Cálculo de Produtividade adotado conforme IN 05/2017 onde Áreas Internas e Externas são calculadas =  $1 / \text{Produtividade}$ ; e Esquadrias e Fachadas Envidraçadas calculadas conforme fórmula da IN 05/2017 que considera periodicidade do serviço.

7.4.1.1. As atividades serão realizadas, preferencialmente, no horário compreendido entre 07h00m e 19h00m, ajustado de acordo com a necessidade de cada unidade, sendo vedado o trabalho noturno (entre 22:00h e 05:00h).

7.4.1.2. A Contratada deverá dividir os funcionários em equipes para atender o horário supra, respeitando-se os limites legais trabalhistas de jornada e intervalo para almoço.

7.4.1.3. A jornada de trabalho da mão de obra alocada deverá ser de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda à sexta-feira, SEM redução do salário em conformidade com Decreto nº 12.174/2024, vez que a INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 381, DE 17 DE SETEMBRO DE 2025 alterou o Anexo I da Instrução Normativa SEGES /MGI nº 190, de 5 de dezembro de 2024, para incluir entre os serviços com redução de jornada para 40 horas sem redução de salário, os serviços de limpeza e conservação.

7.4.2. As produtividades de Referência da IN nº 05/2017 consideram a jornada de 44h semanais, considerando que as últimas contratações da SR/PF/PR foram formalizadas para 40h semanais, verifica-se oportuno considerar a produtividade de referência da IN de forma proporcionalizada (redução de 10%).

Referência	IN 05/2017 - 44h		IN 05/2017 - 40h	
Áreas Internas	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima
Pisos Acarpetados	800	1200	720	1080
Pisos Frios	800	1200	720	1080
Laboratórios	360	450	324	405
Almoxarifados/galpões	1500	2500	1350	2250
Oficinas	1200	1800	1080	1620
Áreas com espaços livres - saguão, hall e salão	1000	1500	900	1350
Banheiros	200	300	180	270
Áreas Externas	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima
Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	1800	2700	1620	2430
Varrição de passeios e arruamentos	6000	9000	5400	8100
Pátios e áreas verdes com alta frequência	1800	2700	1620	2430
Pátios e áreas verdes com média frequência	1800	2700	1620	2430
Pátios e áreas verdes com baixa frequência	1800	2700	1620	2430
coleta de detritos em pátios e áreas verdes com frequência diária	100000	100000	90000	90000
Esquadrias Externas	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima
face externa com exposição a situação de risco	130	160	117	144
face externa sem exposição a situação de risco	300	380	270	342
face interna	300	380	270	342
Fachadas Envidraçadas	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima
Fachadas Envidraçadas	360	450	324	405
Áreas Hospitalares e assemelhadas	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima
Áreas Hospitalares e assemelhadas	360	450	324	405

7.4.3. As produtividades para esta nova contratação foram definidas a partir do número de postos atualmente contratados, calculadas em função dos levantamentos atualizados de área.

7.4.3.1.. Para o GISE/SR/PF/PR a produtividade adotada para a área de pisos frios é inferior ao mínimo da IN, entretanto, é justificada tendo em vista que a utilização do índice mínimo resultaria na quantidade postos de 0,89, o que matematicamente seria arredondado para 1.

7.4.3.2. Para a DPF/LDA/PR a produtividade adotada para a área de pisos frios é inferior ao mínimo da IN, entretanto, é justificada tendo em vista que a utilização do índice mínimo resultaria na quantidade postos de 5,66, o que matematicamente seria arredondado para 6, além disto, foi justificada a necessidade dos atuais 6 postos no documento SEI 39306298.

7.4.3.3. Para a DPF/PGZ/PR embora tenha ocorrido o aumento de área com a mudança de sede, nas contratações para a localidade anterior a produtividade contratada era inferior ao mínimo da IN 05/2017, assim, foi readequada a produtividade e mantida a quantidade de postos da contratação atual.

7.4.3.4. As produtividades adotada para esta nova contratação observaram o histórico das contratações anteriores para este mesmo objeto nesta Unidade Gestora, e embora na maioria dos itens sejam superiores as de referência da IN nº 05/2017 tiveram a sua exequibilidade comprovada conforme se verifica da execução dos contratos.

7.4.4. Para os postos de copeiragem para SR/PF/PR, a quantidade de postos considera a atual execução onde prestam serviços duas copeiras na sede da SR/PR, em função do número de usuários e tamanho da edificação, não tendo sido computados na produtividade de referência do serviço de limpeza.

7.4.5. Para o posto de Encarregado na SR/PF/PR foi observado a produtividade da IN 05/2017 (fração) e o histórico das contratações anteriores.

7.5. A partir das considerações acima a quantidade de postos a serem alocados são os mesmos do contrato atual, conforme consta da tabela abaixo:

Descrição	Local da Execução	Cargo CBO	Quantidade Mensal
Serviços de limpeza, conservação e copeiragem, com disponibilização de serventes, encarregado e cumulação das funções de copeiro, com disponibilização de equipamentos e fornecimento de materiais.	SR/PF/PR (Curitiba - Santa Cândida e Hauer)	Servente de limpeza	17
	GISE (Curitiba - Centro)	Servente de limpeza	1
	SR/PF/PR (Curitiba - Santa Cândida)	Copeira	2
	SR/PF/PR (Curitiba - Santa Cândida)	Encarregado	1
	DPF/GPB/PR (Guarapuava)	Servente de limpeza	3
	DPF/LDA/PR (Londrina - Vila Nova)	Servente de limpeza	6
	GISE (Londrina - Centro)	Servente de limpeza	1
	DPF/MGA/PR (Maringá)	Servente de limpeza	5
	DPF/PNG/PR (Paranaguá - Delegacia e NEPOM)	Servente de limpeza	5
	DPF/PGZ/PR (Ponta Grossa - TRT)	Servente de limpeza	2
Número Total de Postos			43

7.6. A consolidação das áreas a serem limpas, produtividades adotadas e número de postos adotados para esta nova contratação estão detalhadas no Anexo 1 deste Estudo Técnico Preliminar.

7.7. Relativamente aos uniformes a serem fornecidos aos funcionários alocados, mantém-se a configuração do contrato atual:

7.7.1. Os uniformes (MASCULINO ou FEMININO), respeitados cortes e tamanho, serão compostos, no mínimo das seguintes peças:

- a) 03 (três) camisas em malha, manga curta (reposição semestral);
- b) 03 (três) camisas em malha, manga longa (reposição semestral);
- c) 02 (duas) calças com elástico (reposição semestral);
- d) 01(uma) jaqueta de inverno (reposição anual);
- e) 01(um) cinto (reposição anual);
- f) 03 (três) pares de meia (reposição semestral);
- g) 01(um) sapato apropriado para o serviço ou 01 (uma) botina para limpeza de áreas externas e/ou molhadas, ambos do tipo extremo conforme, com solado antiderrapante (reposição anual).
- h) 02 (dois) aventais de proteção, em material plástico ou similar (reposição anual) - [exceto para o Copeiro(a)]
- i) 04 (quatro) aventais de tecido de oxford ou tergal, brancos, com amarras dos lados (reposição anual). [para o(a) Copeiro(a) e o(a) Servente com cumulação de Copeiro(a)]
- j) 04 (quatro) toucas de filó com aba, cor preta, para uso dentro das copas. (reposição anual). [para o(a) Copeiro(a) e o (a) Servente com cumulação de Copeiro(a)]

7.7.2. Independente das quantidades acima estimadas, os uniformes deverão ser substituídos em até 02 (dois) dias sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação.

7.7.2.1. Caberá à Contratada a responsabilidade pelos ajustes necessários às peças do uniforme, sem qualquer ônus para os empregados.

7.7.2.1. Independente das quantidades acima estimadas, os uniformes deverão ser substituídos em até 02 (dois) dias sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação.

7.7.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

7.7.4.. Em função das quantidades de postos listados no item 7.5 e das peças listadas nos itens 7.7.1, a quantidade de uniformes é estimada da seguinte forma:

Item	Descrição /Especificação	Quantidade de Postos	Quantidade para 12 meses por posto	Quantidade Total para 12 meses
1	Camisa em malha - manga longa	43	6	258
2	Camisa em malha - manga curta	43	6	258
3	Calças com elástico	43	4	172
4	Jaqueta de Inverno	43	1	43
5	Cinto	43	1	43
6	Pares de Meia	43	6	258
7	Botina apropriada	43	1	43
8	Aventais de Proteção Resistente	41	2	82
9	Avental de tecido	9*	4	36
10	Touca de Filó com abas	9*	4	36

\*sendo 2 copeiros(as) e 7 serventes com cumulação copeiro(a).

7.10. Os materiais (equipamentos, utensílios, insumos e materiais de higiene pessoal), foram estimados pelos integrantes técnicos de cada localidade, a partir do histórico de consumo do contrato atual e avaliação das necessidades de cada localidade, sendo que as quantidades consolidadas constam no Anexo 2 deste Estudo Técnico Preliminar.

7.10.1. Os equipamentos devem ser disponibilizados pela contratada para uso na prestação dos serviços, incluindo a responsabilidade de manutenção e reposição dos mesmos, durante todo o período de execução do contrato.

7.10.1.1. Os equipamentos são de propriedade e responsabilidade da Contratada e os custos que poderão ser repassados ao contrato serão aqueles relativos à depreciação e manutenção destes equipamentos.

7.10.2. Os utensílios foram discriminados de forma separada dos insumos para melhor compreensão das estimativas, vez que os utensílios possuem uma durabilidade maior e não necessitam de reposição mensal.

7.10.2.1. Os utensílios deverão ser fornecidos conforme requisitado pelos fiscais do contrato, respeitadas as quantidades máximas previstas anualmente, sendo pagos apenas após a efetiva entrega.

7.10.2.2. Na última contratação os utensílios foram entregues todos de uma vez no início da execução do contrato, o que acarretou problemas para a Administração com estocagem, bem como início de desgaste dos materiais antes mesmo do uso.

7.10.2.3. A quantidade de utensílios foi estimada de forma anual e portanto, a quantidade máxima será renovada nas prorrogações contratuais, sendo que os utensílios, em qualquer caso, somente serão fornecidos conforme requisitado pelos fiscais do contrato.

7.10.3. Os insumos serão fornecidos mensalmente e a quantidade a ser disponibilizada poderá ser ajustada mensalmente conforme requisição dos fiscais do contrato, de forma adequar a efetiva utilização, respeitados em qualquer caso a quantidade anual estimada.

7.10.3.1. Os insumos somente serão pagos em conformidade com a efetiva entrega dos materiais requisitados pelos fiscais do contrato.

7.10.4. Os materiais de higiene pessoal serão fornecidos conforme requisitado pelo fiscal do contrato, respeitados em qualquer caso a quantidade anual estimada.

7.10.4.1. Os materiais de higiene pessoal somente serão entregues, faturados e pagos conforme a efetiva necessidade e consumo.

7.10.5. Os equipamentos são aqueles constantes no item 1 do Anexo do 2 ETP e são de propriedade e responsabilidade da Contratada, que poderá retirá-los no último dia de execução do contrato, ou em data posterior ajustada com a fiscalização do contrato. Os Utensílios são aqueles constantes no item 2 e os Insumos aqueles constantes no item 3, do Anexo 2 do ETP, sendo que ambas as categorias somente serão faturadas e pagas conforme a efetiva necessidade e consumo, e quando fornecidas passam a ser de propriedade da Contratante e não serão devolvidos ao final do contrato.

7.10.6. Não será exigido a instalação de escritório por não ser possível demonstrar a imprescindibilidade para a adequada execução contratual, vez que a execução será realizada em diversos municípios no Estado do Paraná.

## **8. Estimativa do Valor da Contratação**

**Valor (R\$):** 3.691.136,04

8.1. Nos termos do Anexo V da IN MPDG nº 05/2017 a estimativa de preços no caso dos serviços com dedicação exclusiva de mão de obra deverá contemplar o valor máximo global e mensal por meio do preenchimento da planilha de custos e formação de preços e pesquisa de preços praticados no mercado.

8.2. A Planilha Estimativa de Custos consta do Anexo 3 deste Estudo Técnico, com versão editável no Anexo 3A, tendo sido elaborada com base nas informações detalhadas a seguir.

8.3. A Convenção Coletiva de Trabalho que servirá de paradigma para estabelecer os custos relativos às categorias profissionais que executarão os serviços, em atendimento ao disposto no Art. 2º da IN SEGES/MGI 176/2024 (atualizada), é aquela firmada entre a FEDERACAO DOS EMPR EMPRESAS ASSEIO CONSERV EST PARANA, CNPJ n. 68.801.745/0001-93 (e outros) e o SINDICATO DAS EMPR DE ASSEIO E CONSERV NO ESTADO DO PR,

CNPJ n. 77.998.938/0001-77, registrada no MTE sob nº PR000074/2025, com data de registro em 20/01/2025, cujo inteiro teor consta do Anexo 4 deste Estudo Técnico.

8.3.1. A Convenção acima é a atualmente utilizada na contratação atual desta SR/PF/PR, bem como nas contratações anteriores.

8.3.2. A pesquisa de outras contratações públicas no Estado do Paraná demonstrou que esta é a convenção utilizada na ampla maioria das contratações.

8.4. Em conformidade com o § 2º do Art. 4º da IN SEGES/MGI 176/2024 (atualizada), consideram-se custos unitários mínimos relevantes os relacionados a seguir:

BENEFÍCIOS DA MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL				
Título Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	Servente de limpeza	Copeira	Encarregado	
Código CBO	5143-20	5134-25	4101-05	
Nº do Registro da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) no MTE	PR000074/2025	PR000074 /2025	PR000074 /2025	
Data-base da Categoria	01-Feb-25	01-Feb-25	01-Feb-25	Cláusula 1ª CCT
Salário Normativo (44 horas)	R\$ 1.764,00	R\$ 1.821,00	R\$ 2.232,00	Cláusula 2ª CCT
Jornada Semanal de Trabalho (Horas)	40	40	40	
Salário Normativo Integral - IN SEGES/MGI 381/2025	R\$ 1.764,00	R\$ 1.821,00	R\$ 2.232,00	
Adicional de Cumulação de Função Copeira (44 horas)	R\$ 122,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Cláusula 2ª, 02.01, CCT
Adicional de Cumulação de Função Copeira Integral - IN SEGES/MGI 381/2025	R\$ 122,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
Vale Alimentação	R\$ 805,00	R\$ 805,00	R\$ 805,00	Cláusula 13ª CCT
Desconto Vale Alimentação PAT	R\$ 161,00	R\$ 161,00	R\$ 161,00	Cláusula 13ª, §1º, CCT
Desconto do vale alimentação em caso de falta ao serviço (por dia)	R\$ 26,82	R\$ 26,82	R\$ 26,82	Cláusula 13ª, §1º, CCT
Auxílio Saúde	R\$ 87,50	R\$ 87,50	R\$ 87,50	Cláusula 16ª, CCT
Benefício Social Familiar	R\$ 28,00	R\$ 28,00	R\$ 28,00	Cláusula 17ª, CCT

8.4.1. Embora previsto na CCT o valor relativo ao Fundo de Formação Profissional (Cláusula 23ª) não foi previsto como benefício diário na Planilha de Formação de Custos, tendo em vista o que consta da NOTA TÉCNICA Nº 2602 /2021/NAC2-PR/PARANÁ SEI PF 28203783, bem como o Parecer n. 00682/2023/ADV/E-CJU/SCOM/CGU/AGU.

8.4.2. O valor relativo ao Auxílio Saúde (Cláusula 16ª) foi previsto em conformidade com o contido no PARECER n. 00051/2024/E-CJU/SCOM/CGU/AGU (SEI PF 33884578).

8.4.3. O Adicional de Risco (Cláusula 11ª), estabelecido para trabalhadores que prestem serviços junto a presídios, delegacias e estabelecimentos correccionais, não foi incluído tendo em vista que não contempla todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral (§ 3º, art. 4º da IN SEGES/MGI nº 176/2024), bem como se aplicam somente aos contratos com a Administração Pública (§2º, inc. II, art. 135 da Lei nº 14.133/2021).



8.4.4. A INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 381, DE 17 DE SETEMBRO DE 2025 alterou o Anexo I da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 190, de 5 de dezembro de 2024, para incluir entre os serviços com redução de jornada para 40 horas sem redução de salário, os serviços de limpeza e conservação, em atendimento ao Decreto nº 12.174/2024, e portanto, os custos foram adequados em conformidade com os novos normativos.

8.5. Foi incluído o custo dos valores relativos ao Adicional de Periculosidade, que corresponde a 30% sobre o salário bruto, previsto no Art. 193 do DECRETO-LEI Nº 5.452/1943 (CLT), para as unidades com laudo vigente.

8.5.1. Os laudos constam no Anexo 5 deste Estudo Técnico Preliminar.

8.5.2. Destaca-se que está em andamento processo para atualização dos laudos, sendo que o contrato deverá ser alterado para refletir os custos respectivos no caso de alteração de custos em função dos novos laudos.

8.6. Os submódulos 2.1 e 2.2 da Planilha de Custos foram preenchidos em conformidade com a legislação vigente, destacando-se em especial:

8.6.1. Para o item Férias e Adicional de Férias foi adotado o percentual de aproximadamente 12,10%  $(1/11+(1/3)/11)$ , de acordo com a IN 05/2017 em seu anexo XVII, que prevê a retenção desse percentual em conta vinculada.

8.6.2. Para o item Décimo Terceiro Salário foi considerado o seguinte cálculo:  $1/12\text{meses}=0,0833=8,33\%$ , que incide sobre o valor do Módulo 1 - Composição da remuneração, conforme Anexo XII da IN 5/2017.

8.6.3. Para os custos relativos à contribuição obrigatória para o INSS, relativo ao Seguro Acidente de Trabalho, foi estimado o percentual de 3%, considerando os seguintes aspectos:

8.6.3.1. RAT - Riscos Ambientais do Trabalho previsto no art. 22, II, da Lei nº 8212/1991, percentual de 1% para risco leve, 2% para risco médio e 3% para risco grave de acordo com o CNAE, conforme Anexo V, do Decreto nº 6.957 /2009 e art. 72, §1º, IN RFB 971/2009.

8.6.3.2. FAT - Fator Acidentário de Prevenção (art. 10, da Lei 10.666/2003) pode reduzir o valor da alíquota do RAT em até 50% ou aumentá-lo em até 100% (multiplicador variável de 0,50 a 2,00).

8.6.3.3. O SAT-GIIL/RAT (ou RAT Ajustado) incide sobre o Módulo 1 e o Submódulo 2.1.

8.7. Os custos de transporte foram estimados considerando o valor unitário do transporte público nos municípios de execução do serviço:

CUSTOS DE TRANSPORTE PÚBLICO					
Município	Valor Unitário	Quantidade por dia	Nº de Dias/mês	Valor Mensal	Participação Funcionário
Curitiba/PR	R\$ 6,00	2	22	R\$ 264,00	6%
Guarapuava/PR	R\$ 6,50	2	22	R\$ 286,00	6%
Londrina/PR	R\$ 5,75	2	22	R\$ 253,00	6%
Maringá/PR	R\$ 4,80	2	22	R\$ 211,20	6%
Paranaguá/PR	R\$ 0,00	2	22	R\$ 0,00	6%
Ponta Grossa/PR	R\$ 6,01	2	22	R\$ 264,44	6%

8.8. Os custos com a provisão para rescisão foram considerados da seguinte forma:

8.8.1. Aviso Prévio Indenizado: Estimativa considerada - cerca de 5% do pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho (Acórdão TCU 6771/2009 e 1507/2018, ambos da Primeira Câmara).

Cálculo:  $(1/12) \times 5\% = 0,4167\%$  ao mês aplicado sobre a remuneração

1= O aviso prévio integral da remuneração, com desligamento imediato do empregado.

12= rateio da remuneração em 12 meses.5% cumprem aviso prévio (variável)= dado estatístico.

8.8.2. Multa do FGTS: Utilizou-se a retenção de 4% a título de multa sobre o FGTS sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado (com ponderação de 50% cada), em conformidade com a Lei nº 13.932/2019 e

Orientação nº 26 da SEGES/MPDG (<https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/orientacoes-e-procedimentos/26-extincao-da-contribuicao-social-de-10-sobre-o-fgts-e-os-contratos-administrativos>).

8.8.3. Aviso Prévio Trabalhado: 1º ano de contrato (cheio):  $((7/30)/12)*100 = 1,944\%$  ao mês 7 dias em 30 rateado em 12 meses multiplicado pela estatística cheia, nesse caso, 100%.

8.9. Os custos de reposição do profissional ausente foram estimados da seguinte forma:

8.9.1. Substituto na cobertura de Férias: previstas no art. 7º, XVII, da Constituição Federal e no art. 129 da CLT

Cálculo  $((1+(1/3))/12)/12 = 0,926\%$

1= remuneração

1/3= terço constitucional sobre o valor das férias

12 = rateio do provisionamento para 12 meses

/12 = corresponde a 1/12 de férias, pois, a contratada necessitou disponibilizar POR 1 MÊS um de seus empregados /folguistas para cobrir o titular, que está usufruindo de férias.

8.9.2. Substituto na cobertura de Ausências Legais: prevista no art. 473 CLT (2 dias consecutivos - falecimento de cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa economicamente dependente; 3 dias consecutivos - casamento; 1 dia a cada 12 meses de trabalho - doação de sangue; os dias que comparecer em juízo; até 2 dias - acompanhamento de consultas médicas e exames complementares durante a gravidez da esposa/companheira; 1 dia - acompanhamento do filho de até 6 anos em consulta médica).

Cálculo  $((2/30)/12) \times 100 = 0,5556\%$

2 = Índice de ocorrência - Dados estatísticos.

30 = Impacto sobre o mês

12 = Impacto diluído ao longo de 12 meses.

8.9.3. Substituto na cobertura de Ausências Acidente de Trabalho: O artigo 27 do Decreto nº 89.312, de 23/01/84, obriga o empregador a assumir o ônus financeiro pelo prazo de 15 dias, no caso de acidente de trabalho previsto no art. 131 da CLT. De acordo com os números mais recentes apresentados pelo Ministério da Previdência de Assistência Social, baseados em informações prestadas pelos empregadores, por meio da GFIP, 0,78% (zero vírgula setenta e oito por cento) dos empregados se acidentam no ano. Assim a provisão corresponde a:  $((15/30)/12) \times 0,0078 \times 100 = 0,03\%$ .

8.9.4. Substituto na cobertura de Licença Paternidade: previsto no inciso II, do art. 1º, da Lei nº 11.770/2008 (prorroga a duração da licença paternidade por mais 15 dias, além dos 5 dias estabelecidos no §1º do art. 10, do ADCT).

Cálculo  $(5/30)/12 \times 0,02 \times 100 = 0,0278\%$

5 dias de ausência

30 = Impacto sobre o mês

12 = Impacto diluído ao longo de 12 meses

0,02 ou 2% = Índice de ocorrência/estimativa.

8.9.5. Substituto na cobertura de Licença Maternidade: previsto no inciso I do art. 1º, da Lei nº 11.770/2008 (prorroga por 60 dias a duração da licença-maternidade prevista no inciso XVIII, do art. 7º, da Constituição Federal)

Cálculo:  $(4/12)/12 \times 0,02 \times 100 = 0,0556\%$

4/12 = 4 meses maternidade por anos (120 dias)

12 = meses do ano

0,02 ou 2% = Índice de ocorrência/Estatística .

100 = porcentagem"

8.9.6. Substituto na cobertura de Afastamento por Doença: O artigo 131, inciso III, da CLT, onera a empresa com até 15 (quinze) ausências do empregado por motivo de acidente ou doença atestada pelo INSS; levando-se em conta dados estatísticos divulgados pelo IBGE, em média cada trabalhador tem 5 (cinco) faltas justificadas anuais, motivadas por algum tipo de doença; a provisão para atender esse item corresponde a:  $(5/30)/12 \times 100 = 1,39\%$ .

8.9.7. Intra jornada: Nesta contratação não haverá situação ensejadora de pagamento de intra jornada, considerando a escala de trabalho de 8h/dia, com concessão de intervalo para almoço.

8.10. Os preços de uniformes, equipamentos, utensílios, insumos, materiais de higiene, bem como dos percentuais de lucro e custos indiretos, foram objeto de pesquisa de preços, conforme detalhado no Mapa Comparativo de Preços, que consta no Anexo 6 deste Estudo Técnico Preliminar.

8.11. Para a estimativa de custos dos equipamentos foram considerados apenas o valor de depreciação, considerando a vida útil estimada, acrescido do valor estimado para o custo de manutenção.

8.11.1. Foram considerados os prazos de vida útil por semelhança com os itens da IN RFB 1700/2021: 8424 – 10 ANOS - LAVADORA DE ALTA PRESSAO; 8508 – 5 ANOS - ASPIRADOR DE PÓ, ENCERADEIRA; 8210 – 10 ANOS - CARRO COPA; 8716 – 5 ANOS - CARRO LIMPEZA, CARRO LIXO, CARRO PLATAFORMA CARGA; 8205 – 5 ANOS – ESCADA; 8471 – 5 ANOS – RELÓGIO PONTO; 8543 - 10 ANOS - EXTRATORA.

8.11.2. Para a estimativa de custo de manutenção de equipamentos, foi considerado o percentual vencedor da proposta da empresa vencedora no PE 90001/2024 - UASG 200366, tendo sido o único resultado de pesquisa de preços que envolveu tal custo de forma detalhada na planilha de custos.

8.11.3. A opção por adotar a forma de contratação em que o equipamento é de propriedade e responsabilidade da contratante é a mesma atualmente adotada nesta SR/PF/PR e na maioria das licitações pesquisadas.

8.11.3.1. Esta forma de contratação é mantida por ser considerada a mais econômica e eficiente para a Contratante, que transfere para a empresa especializada a responsabilidade pela aquisição, manutenção, reposição de tais equipamentos, evitando a aquisição de equipamentos que ao final do contrato tornam-se obsoletos, bem como evitando custos com a manutenção dos equipamento e eventual interrupção de prestação adequada dos serviços pela ausência de equipamento adequado.

8.11.3.2. Para estimativa de custos quanto ao mecanismo de controle da frequência dos funcionários alocados para a prestação dos serviços foi orçado o custo do relógio ponto, entretanto, a licitante poderá adotar este ou qualquer outro meio que esteja em conformidade com o disposto no Decreto nº 10.854/2021 e Portaria MTP 671/2021, e eventuais atualizações posteriores.

8.12. Os custos de uniformes, equipamentos, utensílios e insumos foram incluídos nos custos mensais dos postos de serviços.

8.13. Os custos dos materiais de higiene pessoal foram incluídos em item separado dos custos mensais dos postos de serviços para atendimento do contido na Orientação Normativa n. 00001/2021/COORD/E-CJU/SCOM/CGU/AGU.

8.14. Os percentuais de tributos foram estimados levando em conta o regime de tributação pelo Lucro Real de forma a ampliar a possibilidade de participação das possíveis interessadas, em conformidade com a Nota Técnica CGU Nº 879/2021/PARANÁ (SEI PF 18332846).

8.15. Os tributos municipais foram estabelecidos observando as legislações municipais conforme resumo abaixo:

ALÍQUOTAS DE ISSQN					
Município	Servente de limpeza	Servente de limpeza	Servente de limpeza	Copeira	Encarregado
		Cumulação	Periculosidade		

	Periculosidade	Copeira	Cumulação Copeira	Periculosidade	Periculosidade
Curitiba/PR	2,50%	2,50%	N/A	5,00%	5,00%
Guarapuava/PR	5,00%	N/A	5,00%	N/A	N/A
Londrina/PR	5,00%	N/A	5,00%	N/A	N/A
Maringá/PR	3,00%	N/A	3,00%	N/A	N/A
Paranaguá/PR	5,00%	N/A	5,00%	N/A	N/A
Ponta Grossa /PR	3,00%	N/A	3,00%	N/A	N/A

8.16. Todos os custos e cálculos estão detalhados na Planilha Estimativa de Custos que consta do Anexo 3 deste Estudo Técnico Preliminar.

8.17. Desta forma, os valores máximos, global e mensal, ficam estipulados conforme abaixo:

VALOR GLOBAL ESTIMADO							
Grupo	Itens	Descrição	CATSER / CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Máximo R\$	Valor Total Máximo R\$
1	1	Serviços de limpeza, conservação e copeiragem, com disponibilização de serventes, encarregado e cumulação das funções de copeiro, com disponibilização de equipamentos e fornecimento de materiais.	25194	Mês	12	294.373,36	3.532.480,32
	2	Materiais de Higiene Pessoal - Estimativa Anual	25194	Mês	12	13.221,31	158.655,72
VALOR TOTAL DO GRUPO ÚNICO							3.691.136,04

VALOR GLOBAL ESTIMADO - DETALHAMENTO									
Itens	Local da Execução	Cargo CBO	Periculosidade	Cumulação Copeira	Carga Horária	Quantidade Mensal	Valor Unitário Máximo	Valor Mensal Máximo	Valor Anual Máximo
	SR/PF/PR (Curitiba - Santa Cândida e Hauer)	Servente de limpeza	SIM	NÃO	40	17	6.575,85	111.789,45	1.341.473,40
	GISE (Curitiba - Centro)	Servente de limpeza	NÃO	SIM	40	1	6.431,67	6.431,67	77.180,04
	SR/PF/PR (Curitiba - Santa Cândida)	Copeira	SIM	NÃO	40	2	6.930,73	13.861,46	166.337,52
	SR/PF/PR (Curitiba - Santa Cândida)	Encarregado	SIM	NÃO	40	1	8.046,76	8.046,76	96.561,12
	DPF/GPB/PR (Guarapuava)	Servente de limpeza	SIM	NÃO	40	2	7.001,58	14.003,16	168.037,92
	DPF/GPB/PR (Guarapuava)	Servente de limpeza	SIM	SIM	40	1	7.276,22	7.276,22	87.314,64
	DPF/LDA/PR (Londrina - Vila	Servente de	SIM	NÃO	40	5	7.030,79	35.153,95	421.847,40

1	Nova)	limpeza							
	DPF/LDA/PR (Londrina - Vila Nova)	Servente de limpeza	SIM	SIM	40	1	7.305,43	7.305,43	87.665,16
	GISE (Londrina - Centro)	Servente de limpeza	SIM	SIM	40	1	8.394,01	8.394,01	100.728,12
	DPF/MGA/PR (Maringá)	Servente de limpeza	SIM	NÃO	40	4	6.668,78	26.675,12	320.101,44
	DPF/MGA/PR (Maringá)	Servente de limpeza	SIM	SIM	40	1	6.937,16	6.937,16	83.245,92
	DPF/PNG/PR (Paranaguá - Delegacia e NEPOM)	Servente de limpeza	SIM	NÃO	40	4	6.726,91	26.907,64	322.891,68
	DPF/PNG/PR (Paranaguá - Delegacia e NEPOM)	Servente de limpeza	SIM	SIM	40	1	7.001,55	7.001,55	84.018,60
	DPF/PGZ/PR (Ponta Grossa - TRT)	Servente de limpeza	SIM	NÃO	40	1	7.160,70	7.160,70	85.928,40
2	DPF/PGZ/PR (Ponta Grossa - TRT)	Servente de limpeza	SIM	SIM	40	1	7.429,08	7.429,08	89.148,96
	Materiais de Higiene Pessoal - Estimativa Anual					1	13.221,31	13.221,31	158.655,72
VALOR TOTAL DO GRUPO ÚNICO									3.691.136,04

8.18. Não se verifica vantagem/pertinência na adoção do orçamento sigiloso para esta contratação, tendo em vista a necessidade de preenchimento e apresentação de planilha de custos das licitantes para formação dos preços, o que deverá ser realizado a partir do modelo disponibilizado pela Administração.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Nos termos do art. 47 da Lei nº 14.133/2021, na contratação dos serviços em geral deverá ser observado o princípio do parcelamento, desde que este seja tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

9.2. No caso da presente contratação o parcelamento é tecnicamente viável, entretanto, julgado economicamente desvantajoso pelas razões a seguir detalhadas.

9.2.1. Um dos custos que devem ser considerados para a aplicação do parcelamento, conforme a Nova Lei de Licitações, é o o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens.

9.2.1.1. Embora não haja informações suficientes para estabelecer o custo de cada contrato no âmbito desta Unidade Gestora, temos que o custo dos contratos deve contemplar também o custo da realização dos procedimentos licitatórios.

9.2.1.2. No Relatório de Avaliação da Controladoria Geral da União de 2019 de avaliação realizada acerca da eficiência das compras de pequeno vulto, a CGU considerou, entre outros, o custo médio total do procedimento licitatório em 2018 em R\$ 16.172,99.

9.2.1.3. Assim, embora numa primeira licitação fosse possível a realização de apenas um procedimento, dividido por itens, agrupados por localidade e com separação de item para os itens de higiene pessoal, no caso de não prorrogação ou rescisão de quaisquer um dos contratos seria necessário a realização de um novo procedimento licitatório, o que aumentaria consideravelmente os custos com licitação e tempo envolvido para o planejamento destas novas contratações.

9.2.2. Além disto, é recomendável evitar o parcelamento de serviços não especializados, destacando o que constou do Acórdão TCU nº 1.214/2013 (Plenário):

9.1.16 deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, a exemplo de limpeza, copeiragem, garçom, sendo objeto de parcelamento os serviços em que reste comprovado que as empresas atuam no mercado de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática;

9.2.2.1. A recomendação decorre da seguinte constatação do grupo de estudos:

22. No caso dos serviços terceirizados, a partir da experiência relatada pelos agentes públicos que participaram do grupo de estudos, como regra, não se revela benéfico o parcelamento para a execução de serviços com menor nível de especialização, como aqueles prestados por garçom, mensageiro, motorista, recepcionista etc. Isso porque as empresas que atuam no mercado prestam todos esses tipos de serviço, sendo especializadas não em algum deles especificamente, mas na administração de mão de obra. Assim, um eventual parcelamento não ampliaria a competitividade das licitações e potencialmente aumentaria o custo da contratação, uma vez que se empresas diversas ganharem a prestação de diferentes serviços dessa natureza, o custo fixo por posto de trabalho será maior. Além disso, aumentaria a dificuldade de gerenciamento dos contratos por parte da administração, que teria de se relacionar com um maior número de empresas.

9.2.3. Por outro lado, é necessário observar o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado, que continua respeitado no caso agrupamento desta contratação, vez que o agrupamento realizado não restringe indevidamente a competição, nem caracteriza concentração de mercado.

9.2.3.1. Na última licitação realizada para este objeto – Pregão Eletrônico SR/PF/PR nº 01/2023 – participaram da licitação um total de 37 empresas, conforme informações no documento SEI PF 27517312.

9.2.3.2. A realidade dos contratos de serviço com dedicação exclusiva de mão de obra demonstram que tem sido ampliada a competitividade, com a participação de empresas dos mais diversos estados do país na licitação.

9.3. No tocante à inclusão na contratação dos materiais necessários para a execução dos serviços, entende-se inviável a contratação separada, pois sem os materiais a empresa contratada para a realização dos serviços ficaria impossibilitada de realizá-los, mas entretanto, seguiria incorrendo nos custos com a alocação da mão de obra exclusiva.

9.3.1. No caso da contratação separada dos materiais haveria um grande risco de ocorrer esporadicamente a falta de materiais, tanto pela não conclusão de licitação, não entrega de materiais pela empresa contratada para o fornecimento, rescisões contratuais, etc.

9.3.2. Além disto, nas licitações realizadas nesta SR/PF/PR, as empresas vencedoras reduzem significativamente o valor dos materiais, tendo em vista a vantagem econômica buscada com a contratação como um todo.

9.3.3. Outro impedimento verificado no caso da contratação separada dos materiais, seria a qualidade dos materiais que poderiam levar a alegação por parte da empresa, contratada para a prestação de serviços, de que os materiais fornecidos não permitiriam a execução com qualidade.

9.3.3.1. Embora tal problema pudesse ser solucionado, haveria uma significativa demanda de tempo, o acabaria por prejudicar a execução dos serviços.

9.4. No tocante aos materiais de higiene pessoal a Orientação Normativa nº 00001/2021/COORD/E-CJU/SCOM/CGU /AGU disciplina que tais produtos não podem ser considerados insumos na contratação dos serviços de limpeza e conservação por não estarem diretamente relacionados à sua execução, entretanto, admite o agrupamento, em itens distintos do serviço, desde que o órgão licitante apresente justificativa de natureza técnica ou econômica.

9.4.1. Inicialmente, verifica-se que o próprio Caderno de Logística de Limpeza e Conservação prevê a seguinte atividade entre aquelas definidas na metodologia da prestação dos serviços:

1.1.10. Abastecer com papel toalha, higiênico e sabonete líquido os sanitários, quando necessário;

9.4.2. Outro aspecto a ser considerado é que tais insumos de higiene pessoal afetam na qualidade dos serviços de limpeza, como exemplo no caso de não estar disponibilizado o papel toalha ou equipamento de secagem de mãos que acaba por implicar em respingos de água no chão e consequente necessidade de limpeza mais frequente, tendo em vista que o pisotear no piso molhado implica em maior sujeira, principalmente nos banheiros, e também em corredores próximos a estes.

9.4.3. Além disso, tem sido verificado nas licitações que as empresas acabam por oferecer valores significativamente baixos, tendo em vista a vantagem econômica buscada com a contratação como um todo.

9.4.4. As empresas de limpeza e conservação costumam possuir diversos contratos vigentes e consequentemente conseguem obter valores significativamente inferiores tendo em vista a quantidade que adquirem e comercializam (economia de escala).

9.4.5. Os materiais de higiene pessoal, na presente contratação, totalizam o valor anual estimado de R\$ 137.647,92, o que representa apenas 4,15% do valor total anual do Contrato estimado em R\$ 3.319.188,48.

9.4.6. Assim, no caso da presente contratação, considerando o valor anual estimado e a possibilidade de economia de escala pela contratada para a execução dos serviços, a aquisição agrupada é mais vantajosa para a Administração.

9.4.7. Para atendimento da Orientação Normativa os materiais de higiene pessoal foram incluídos de forma separada dos serviços.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1. Considerando a especificidade da limpeza de esquadrias e fachadas com risco será necessário iniciar processo de contratação para estes serviços, de forma a atender as necessidades da Sede da SR/PF/PR (Santa Cândida) e da Delegacia em Paranaguá.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1. 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000042/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 27/09/2024;
- III) Id do item no PCA: 111;
- IV) Classe/Grupo: 853 - SERVIÇOS DE LIMPEZA;
- V) Identificador da Futura Contratação: 200364 -53/2025;

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1. Garantir a continuidade da prestação dos serviços de natureza contínua de limpeza, conservação e copeiragem.

12.2. Proporcionar ambientes limpos, saúde e bem-estar aos servidores e usuários que utilizam os serviços prestados.

12.3. Possibilitar a conservação do patrimônio público.

12.4. Propiciar aos usuários e servidores um ambiente mais confortável e estimulante para o trabalho, contribuindo para a produtividade.

12.5. Contratar a prestação de serviços de forma eficiente e econômica.

12.6. Garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas e do alcance dos objetos das políticas sociais, relativo à mão de obra alocada para a prestação dos serviços.

12.7. Realizar contratação sustentável.

### 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Adoção do adequado procedimento de verificação, cadastro e acompanhamento do Pessoal Não Integrante do Quadro Permanente da Polícia Federal, nos termos da IN DG/PF nº 175/2020, atualizada pela IN DG/PF 278/2024.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não se verificam impactos ambientais, além dos usuais para a prestação dos serviços de limpeza, conservação e copeiragem, tendo sido estipulados os critérios de sustentabilidade ambiental que a Contratada deverá observar, conforme item 4 deste Estudo Técnico.

### 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

#### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Conforme razões e levantamentos consolidados neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos

### 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

#### MOZART PERSON FUCHS

Integrante Requisitante da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 03/10/2025 às 11:13:34.

#### MARCELO KEITI SUGUIMATI

Integrante Técnico da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 03/10/2025 às 13:08:06.



**RICARDO RODOLFO BORN**

Integrante Técnico da Equipe



*Assinou eletronicamente em 06/10/2025 às 07:48:56.*

**RODRIGO HENRIQUE SCHERNOVSKI**

Integrante Técnico da Equipe de Planejamento da Contratação



*Assinou eletronicamente em 03/10/2025 às 13:23:26.*

**MARIA LIMIRO FERREIRA IKIMOTO**

Integrante Técnico da Equipe de Planejamento da Contratação



*Assinou eletronicamente em 03/10/2025 às 12:17:18.*

**MARCOS YOSHIO FUCUDA**

Integrante Técnico da Equipe de Planejamento da Contratação



*Assinou eletronicamente em 03/10/2025 às 11:21:24.*

**EDUARDO YANAGA**

Integrante Técnico da Equipe de Planejamento da Contratação



*Assinou eletronicamente em 03/10/2025 às 11:14:05.*

**ANDRE LEO DE ALMEIDA**

Integrante Técnico da Equipe de Planejamento da Contratação



*Assinou eletronicamente em 06/10/2025 às 09:06:45.*

**WILIGTON GABRIEL PEREIRA**

Integrante Técnico da Equipe de Planejamento da Contratação



*Assinou eletronicamente em 06/10/2025 às 08:58:29.*

**BEATRIZ MARTINS RAMOS SCHLICKMANN**

Integrante Administrativa da Equipe de Planejamento da Contratação



*Assinou eletronicamente em 03/10/2025 às 11:03:12.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - SEI PF 142819500 - Anexo 1 do ETP.pdf (869.14 KB)
- Anexo II - SEI PF 142819563 - Anexo 2 do ETP.pdf (818.47 KB)
- Anexo III - SEI PF 142819577 - Anexo 3 do ETP.pdf (1.32 MB)
- Anexo IV - SEI PF 142819591 - Anexo 3A do ETP.zip (219.22 KB)
- Anexo V - SEI PF 142819597 - Anexo 4 do ETP.pdf (140.46 KB)
- Anexo VI - SEI PF 142819805 - Anexo 5 do ETP.zip (4.51 MB)
- Anexo VII - SEI PF 142819695 - Anexo 6 do ETP.pdf (1.18 MB)
- Anexo VIII - SEI PF 142819790 - Anexo 6A do ETP.pdf (645.94 KB)